

TRANS VERSO

02 Reflexos urbanos da erradicação do café no Espírito Santo na Região Metropolitana de Vitória

recebido em 28/09/2025
aprovado em 28/10/2025

Reflexos urbanos da erradicação do café no Espírito Santo na Região Metropolitana de Vitória

Isabela Teodoro Pinheiro

teodoropinheiroisabela@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

Danielle Passos Gomes Pacheco Henriques

danipassos11@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

Miguel Maria Ribeiro Da Silva

miguel.m.silva@edu.ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo

Clara Luiza Miranda

claravix50@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO (PT): O artigo visa analisar os impactos da política de erradicação dos cafezais no Espírito Santo, destacando seus efeitos sociais, econômicos e territoriais seis décadas após sua implementação. A cafeicultura, predominante em pequenas propriedades familiares, apresentava baixa produtividade, tornando o estado pouco competitivo. A política de erradicação, promovida pelo GERCA (1962-1968), favoreceu grandes propriedades e acelerou o declínio da produção tradicional, gerando intensa migração para a Região Metropolitana de Vitória e mudanças significativas na estrutura social, territorial e econômica. A pesquisa utiliza dados governamentais, censitários e históricos para analisar como a ideologia desenvolvimentista influenciou a reorganização do espaço urbano e as dinâmicas sociais na Grande Vitória.

Palavras-chave: Erradicação de cafezais, Espírito Santo, migração rural-urbana, urbanização, transformações socioeconômicas.

ABSTRACT (ENG): *The article analyzes the impacts of the coffee plantation eradication policy in Espírito Santo, highlighting its social, economic, and territorial effects six decades after implementation. Coffee cultivation, mostly practiced on small family farms, had low productivity, making the state less competitive. The eradication policy, promoted by GERCA (1962-1968), favored large estates and accelerated the decline of traditional production, causing significant migration to the Vitória Metropolitan Region and substantial changes in the social and territorial structure. The research uses government, census, and historical data to examine how the developmentalist ideology influenced the reorganization of urban space and social dynamics in Greater Vitória.*

Keywords: *coffee plantation eradication, Espírito Santo, rural-urban migration, urbanization, socioeconomic transformations.*

1. Introdução

A cafeicultura possui uma longa trajetória no Espírito Santo, estruturando sua economia e configurando seu território ao longo de décadas. No entanto, a política de erradicação dos cafezais, implementada entre 1966 e 1967, representou um marco de ruptura, cujos reflexos ainda são perceptíveis. À época, o estado apresentava baixos índices de produtividade, técnicas agrícolas rudimentares e forte dependência da monocultura, o que o tornava pouco competitivo frente a outras regiões produtoras (Becker, 1969; Daré, 2010).

Essa política, articulada ao ideário desenvolvimentista, ocorreu simultaneamente ao avanço da industrialização capixaba. Embora não tenha sido a responsável direta por impulsionar o processo industrial, a reestruturação produtiva no campo – marcada pelo declínio da cafeicultura tradicional e pela concentração fundiária – dialogou com as transformações econômicas em curso, contribuindo para intensos fluxos migratórios em direção à Região Metropolitana de Vitória. Nesse contexto, enquanto a modernização agrícola abria espaço para novas culturas e tecnologias, ampliavam-se também as vulnerabilidades sociais e as mudanças na configuração territorial do estado (IJSN, 2011).

Passadas seis décadas do início deste processo de erradicação, o Estado e sua economia apresentam características e consequências marcadas por esse episódio. Apesar da intervenção governamental ocorrida entre agosto de 1966 e maio de 1967, a atividade cafeeira manteve sua relação histórica com o território capixaba e conseguiu se reinventar, desenvolvendo uma nova dinâmica produtiva a partir da inserção e ampliação da produção (Lino, 2021, p. 362).

Atualmente, o Espírito Santo se destaca entre os maiores produtores de café do Brasil, estando na terceira colocação em produção de arábica¹, em primeiro na conilon e em segundo considerando os dois tipos (IBGE, 2015b). Cenário oposto da época da crise do café, onde o Estado era o maior produtor de cafés considerados de baixa qualidade e produtividade, além de apresentar os menores preços obtidos na comercialização (Daré, 2010, p.54).

Considerando esse panorama, este estudo tem como objetivo analisar os reflexos da política de erradicação dos cafezais no Espírito Santo, com ênfase no movimento migratório rural-urbano e em seus impactos sobre a configuração socioespacial da Região Metropolitana de Vitória. Busca-se compreender como esse processo se relaciona à lógica desenvolvimentista instaurada no período e de que maneira contribuiu para a redefinição do espaço urbano e para o surgimento de novas dinâmicas sociais.

A análise desses reflexos contribui para a compreensão das transformações socioespaciais no Espírito Santo, oferecendo subsídios para estudos sobre desenvolvimento regional, políticas agrárias e planejamento urbano, reforçando a relevância científica do tema e sua importância para debates contemporâneos sobre ocupação territorial e sustentabilidade social.

2. Metodologia

Este artigo adota uma abordagem histórico-comparativa e qualitativa-quantitativa, estruturada em três etapas principais, de levantamento e análise documental: (a) Consulta a fontes primárias: relatórios oficiais do GERCA, documentos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), censos do IBGE (1960–2022), relatórios técnicos do INCAPER e registros de políticas

1 O Brasil cultiva principalmente duas espécies comerciais de café: o *Coffea arabica* (arábica) e o *Coffea canephora*, variedade conilon. O arábica é reconhecido por maior qualidade sensorial, sendo predominante em regiões de maior altitude; já o conilon apresenta maior resistência climática, produtividade elevada e custo de produção mais baixo, predominando no Espírito Santo. A expansão do conilon no estado a partir das décadas de 1980 e 1990 está diretamente ligada à modernização tecnológica e à adaptação às condições edafoclimáticas capixabas. Para mais detalhes, ver: INCAPER (2025); CONAB (2022); e EMBRAPA Café (2020).

públicas federais e estaduais; (b) Seleção de documentos, considerando autenticidade, relevância e temporalidade, de forma a construir uma linha do tempo da erradicação e de seus impactos socioeconômicos; e (c) Revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos (Furtado, Prebisch, Daré, Siqueira, entre outros), de modo a articular o caso capixaba a debates mais amplos sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e urbanização.

A Tabela 1 organiza os principais autores mobilizados ao longo da pesquisa, destacando seus temas centrais e a relevância de cada obra para a análise proposta. Essa sistematização permite ao leitor compreender como diferentes perspectivas – desde interpretações clássicas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento até análises regionais sobre a economia cafeeira capixaba e seus desdobramentos urbanos –, se articulam na construção do referencial teórico. Assim, a tabela funciona como um mapa interpretativo, evidenciando o papel de cada autor na sustentação crítica e histórica do debate apresentado.

IBGE. Censo Demográfico (1960)	Demografia histórica	Base para análise do crescimento populacional e início da urbanização no ES.
IJSN. O processo de industrialização e urbanização no Espírito Santo (2011)	Urbanização e industrialização	Explica como os ciclos econômicos estruturaram a urbanização capixaba e a formação da RM Vitória.
Daré, Raquel (2010)	Crise do café no ES	Mostra impactos políticos e sociais da crise do café, útil para entender transição rural-urbana.
Siqueira, Maria da Penha (2001)	Empobrecimento urbano	Analisa efeitos negativos da industrialização acelerada na Grande Vitória.
Siqueira, Geraldo (2001)	Metropolização	Base clássica sobre formação e expansão da metrópole capixaba.

Tabela 1 - Mapa interpretativo dos autores. Fonte: elaborado pelos autores.

3. Revisão da Literatura

Nesta seção, pretende-se examinar o processo de erradicação da cafeicultura no Espírito Santo, resgatando inicialmente o papel histórico dessa atividade na formação econômica e social do estado. O referencial teórico, portanto, articula uma análise que combina dimensões históricas, econômicas e políticas, de modo a esclarecer os fatores estruturais e conjunturais que levaram à implementação dessa política e seus impactos sobre o território capixaba.

3.1 Movimento Desenvolvimentista

As teorias do desenvolvimento adquiriram expressiva relevância política e social no período posterior à Segunda Guerra Mundial. O cenário mundial passou a ser marcado por um forte incentivo ao desenvolvimentismo, caracterizado pela busca de avanços nos setores da industrialização, urbanização e tecnificação da agricultura. Nesse contexto, a tríade fundamental do desenvolvimento – capital, ciência e tecnologia – passou a impulsionar um modelo capitalista centrado no crescimento acelerado da produção (Daré, 2010).

Daré, 2010, relata que segundo Almeida e Silveira (2022), dentro de uma perspectiva modernizante, os processos decorrentes dos efeitos positivos do progresso econômico, científico e tecnológico, foram tendências integradoras do crescente econômico do então “Primeiro Mundo”², o qual semeou o abandono dos esquemas arcaicos de produção, com ideias fortemente vinculadas à industrialização. A ideologia desenvolvimentista baseava-se na premissa de que todas as nações poderiam alcançar o desenvolvimento, com atenção especial voltada para países da Ásia, África e América Latina.

Para Furtado (2003), a problemática do subdesenvolvimento é organizada em contraposição à situação do desenvolvimento, estado “ideal” que assume a sociedade capitalista quando a incorporação de progresso técnico adquire uma dinâmica endógena. No entanto, segundo Daré (2010), ao invés de solucionar os problemas do “mundo subdesenvolvido”, os países “desenvolvidos” acabaram por intensificá-los, ampliando os desequilíbrios sociais e a dependência econômica dessas nações. Com base na teoria do subdesenvolvimento, como forma de crítica à irracionalidade desse processo, Celso Furtado observa:

De acordo com essa perspectiva, o subdesenvolvimento é o produto de uma situação histórica, que divide o mundo em uma estrutura “centro-periferia”, e de uma opção política, que subordina o processo de incorporação do progresso técnico ao objetivo de copiar os estilos de vida das economias centrais. O problema decorre do fato de que a discrepância entre as economias centrais e periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto ao poder de socialização do excedente entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece no centro não possa ser generalizado para o conjunto da população periférica. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a renda impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia dos estilos de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de considerável parcela da população aos padrões mais adiantados de vida material e cultural (Furtado, 2003, p.XX).

De forma que,

Com o objetivo de colaborar com os governos latino-americanos no desenvolvimento econômico de seus países, no melhoramento do nível de vida de seus povos e na ampliação e fortalecimento das relações comerciais, tanto interna e externamente, em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O trabalho da CEPAL promoveu o desenvolvimento latino-americano por meio de políticas de industrialização lideradas pelo Estado para reduzir as lacunas entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento (<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada50>).

Em publicação para a Comissão (CEPAL), Prebisch (1950) caracterizou a economia mundial como um sistema composto por dois pólos: o centro e a periferia. Os países agrupados no centro correspondem a economias desenvolvidas e industrializadas que propagam o progresso técnico; os países agrupados na periferia, polo no qual ele agrupou as economias latino-americanas, caracterizavam-se pelo subdesenvolvimento, especialização na produção e exportação de bens primários e conteúdo tecnológico limitado em sua estrutura produtiva. Prebisch propôs que a superação do subdesenvolvimento (ou da condição periférica) exigia a industrialização da América Latina.

² O termo “Primeiro Mundo” tem suas raízes na Guerra Fria e se refere a países desenvolvidos com alta estabilidade econômica e social. A ONU, por outro lado, é uma organização que busca a cooperação internacional para promover a paz e o desenvolvimento em escala global, sem uma associação direta com essa divisão histórica. Fonte: Alfred Sauvy, *Trois mondes, une planète*, L’Observateur, n. 118, p. 14, 14 ago. 1952. Acesso em: 13 ago. 2025.

3.2 Crise do café no Brasil

Desde o final do século XIX, o café era o principal produto de exportação do Brasil, o que sustentava grande parte da arrecadação e das divisas do país. A economia cafeeira era concentrada em São Paulo, Rio de Janeiro (Vale do Paraíba), Minas Gerais e Espírito Santo, com grande dependência de mercados externos do sudeste e fora do país, em especial EUA e Europa.

A história da agricultura no Brasil acompanha de perto a formação econômica e social do país, revelando como ciclos produtivos, técnicas de cultivo e relações de trabalho moldaram o território e a sociedade ao longo dos séculos. Segundo Moraes (2001), o esgotamento dos solos nas ilhas da Madeira e Açores, principais produtores de açúcar europeu desde o século XV, levou à transferência de capitais e do sistema produtivo das plantações baseado em monocultura, trabalho escravo e grandes propriedades para o Brasil. Essa estrutura se adaptou bem, especialmente no Nordeste, impulsionando, a partir de 1570, o chamado “grande século do açúcar” e a primeira ocupação do território. A produção açucareira gerou atividades econômicas complementares, como agricultura de abastecimento, pecuária no agreste e exploração de madeira.

A primeira grande crise do café ocorreu em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, que derrubou o consumo e o preço internacional do produto. O Brasil, que mantinha elevados estoques em função da política de valorização – baseada na compra e queima de excedentes pelo governo –, viu a crise expor a vulnerabilidade dessa estratégia. O governo de Getúlio Vargas adotou medidas de intervenção, mas o mercado cafeeiro jamais retornou aos níveis anteriores (Daré, 2010).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente na década de 1950, a produção mundial de café aumentou significativamente, impulsionada pelo surgimento de novos concorrentes, como a Colômbia e diversos países africanos. No Brasil, a cafeicultura avançou para novas áreas, porém sem a modernização necessária, o que resultou em excedentes e nova queda de preços. Esse cenário levou o governo, a partir dos anos 1960, a implementar programas de erradicação e renovação de cafezais, com o objetivo de ajustar a oferta à demanda (Daré, 2010).

As consequências desse processo foram profundas. A renda dos produtores e das regiões dependentes do café sofreu forte queda, provocando, em muitos casos, uma diversificação econômica forçada. No Espírito Santo, por exemplo, atividades como o cultivo da pimenta-do-reino, a fruticultura e a pecuária passaram a ganhar espaço. Além disso, o café perdeu seu papel hegemônico na pauta de exportações brasileiras, abrindo caminho para o avanço da industrialização e para a inserção de outros produtos agrícolas na economia nacional (Daré, 2010).

No período pós-guerra, a acumulação de capital configurou uma nova divisão internacional do trabalho, resultado da expansão capitalista voltada à produção em larga escala e ao comércio global (Daré, 2010). Nesse contexto, as nações desenvolvidas buscavam ampliar seus mercados externos e investir em novas regiões para aplicar capitais excedentes, enquanto os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento continuavam a utilizar métodos de produção mais tradicionais, menos competitivos no comércio internacional.

De acordo com citação de Baer (1965), feita por Melo (1979), no início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil apresentava uma economia predominantemente agrícola, característica típica de um país em desenvolvimento. Conforme os dados do Censo de 1940, aproximadamente 67% da população economicamente ativa estava concentrada no setor primário, enquanto os setores secundário e terciário respondiam por 14,8% e 18,5%, respectivamente. Essas proporções refletiam um padrão de estrutura econômica bastante semelhante ao registrado em 1920, evidenciando a lenta industrialização e a persistência da dependência da agricultura na composição do mercado de trabalho brasileiro (Baer, 1965).

Segundo Baer (1965), essa estrutura retrata as dificuldades enfrentadas pelo Brasil para diversificar sua economia e avançar na industrialização durante o período entre guerras, fato que influenciou diretamente a trajetória do desenvolvimento econômico nacional no século XX. A predominância do setor primário-exportador, especialmente voltado para o café, aliada à instabilidade dos mercados internacionais e à limitada capacidade de investimento interno, restringiu a formação de um parque industrial robusto.

Além disso, a carência de infraestrutura adequada, a dependência tecnológica do exterior e as barreiras institucionais impostas por uma elite agrária resistente a mudanças contribuíram para que o processo de industrialização se desse de forma lenta e desigual, condicionando os rumos do crescimento econômico brasileiro nas décadas seguintes (Baer, 1965).

Segundo Melo (1979), o interesse do governo brasileiro no processo desenvolvimentista industrial vem com a orientação governamental, estratégia que utilizou de instrumentos de forma ampla. Entre os principais, podem se citar (Baer, 1972): (a) tarifas e/ou controles de câmbio; (b) preferências especiais para firmas nacionais e estrangeiras na importação de bens de capital; (c) taxas de câmbio preferenciais na importação de matérias-primas industriais, petróleo e bens intermediários em geral; (d) financiamentos subsidiados por bancos de desenvolvimento para indústrias favorecidas; (e) financiamento, pelo setor público, da infraestrutura, visando a expansão do setor; e (f) participação direta do governo em setores industriais, principalmente na indústria pesada, em casos considerados de importância estratégica e em outros, quando recursos do setor privado não eram considerados disponíveis.

Paralelamente ao contexto desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960 no Brasil, a política cafeeira voltou a enfrentar, durante os anos 1960, o desafio da superprodução, caracterizada pelo acúmulo crescente de estoques e pelos elevados custos de manutenção. Para lidar com essa situação, adotou-se um rigoroso programa de erradicação de cafezais, com o objetivo de promover uma ampla reconversão produtiva. Esse programa envolveu o sucateamento de plantações antigas e improdutivas em diversas regiões, além do incentivo ao desenvolvimento de atividades alternativas nesses territórios (Nagay, 1999).

Com a erradicação e o consequente declínio da produção de café, somado à queda de outros produtos agrícolas de menor expressão, os impactos foram sentidos sobretudo pelos pequenos e médios produtores das áreas tradicionais de cultivo. Entre os principais efeitos, destacam-se o abandono das lavouras e o êxodo de trabalhadores rurais em direção aos centros urbanos, atraídos pela crescente demanda de mão de obra resultante da implantação dos chamados "Grandes Projetos Industriais". De acordo com Melo (1999), a cafeicultura desempenhou papel fundamental para o desenvolvimento e a modernização do Brasil.

De acordo com Da Ros (2008), o primeiro ciclo econômico colonial português no Brasil centrou-se na cana-de-açúcar, produzida em grandes plantações com trabalho escravo, voltada para Portugal e os mercados europeus. Na época, o açúcar era considerado uma especiaria de luxo, explorada com êxito nas ilhas atlânticas, também com mão de obra africana escravizada. Holanda (2003) observa:

nos três primeiros séculos da colonização, a agricultura no Brasil esteve subdividida, de modo desigual, por dois grandes domínios: de um lado, as plantações tropicais das áreas de clima quente e úmido e solos ricos da zona da mata nordestina e do Recôncavo Baiano, e, de outro, a agricultura de subsistência, também praticada em solos florestais, porém menos ricos, e disseminada descontinuamente pelas zonas litorâneas e sub litorâneas, de certa forma ainda amarradas à ação de presença dos primeiros embriões de núcleos urbanos estabelecidos na costa e em raros compartimentos de planalto". Já o café, ainda segundo Holanda, veio a ser explorado três séculos depois da "descoberta" do Brasil e teria o sudeste do país sua expansão agrícola iniciada. (Holanda, 2003, p. 203).

As primeiras mudas de café, segundo Nagay (1999) chegaram ao Brasil por volta de 1730, trazidas da Guiana Francesa e cultivadas inicialmente no Pará. Contudo, devido às condições naturais desfavoráveis, o café não se adaptou à região amazônica, tampouco obteve sucesso no Nordeste. Por volta de 1760, a planta foi introduzida no Rio de Janeiro, onde se expandiu rapidamente, transformando a província de Vassouras na capital nacional do café no início do século XIX. Até 1860, o Rio de Janeiro mantinha a liderança na produção, respondendo por mais de 70% do total brasileiro, seguido por São Paulo, com um pouco mais de 10%.

De acordo com Da Ros (2008), após a Proclamação da República, o café permaneceu como o principal produto de exportação do Brasil. Sua expansão foi favorecida por fatores como a crise de produção no Ceilão, a descentralização republicana, que possibilitava aos estados tratar diretamente das questões migratórias, e o acesso facilitado ao crédito. Nesse contexto, o país passou a dominar cerca de três quartos da produção mundial de café. A Política de Valorização do Café, implementada pelo governo, consistia na retenção de estoques para reduzir artificialmente a oferta, mas, como ressalta Furtado (2003, p. 189), também incentivava a expansão produtiva, gerando um problema estrutural futuro.

O êxito dessa experiência consolidou o poder dos cafeicultores por mais um quarto de século, entrando em crise somente em 1929, no momento da grande depressão da economia mundial (Furtado, 2003, p. 187-190), "o que contribuiu para uma queda significativa dos preços internacionais do café, num momento em que o Brasil experimentava aumentos significativos na sua produção interna, ameaçando uma queda generalizada na renda interna" (Da Ros, 2008). Nesse período, foram criadas importantes instituições e empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce, voltada à produção de minério de ferro; a Companhia Nacional de Álcalis; a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); a ACESITA, especializada em aços especiais; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); e a PETROBRAS, entre outras.

O processo de industrialização favoreceu a intensificação da migração do campo para os centros urbanos, e a agricultura gradualmente perdeu seu papel central, passando a se subordinar aos interesses da indústria em crescimento. Após a crise do café, outras culturas, como o algodão e a citricultura, ganharam destaque na agricultura brasileira. Esse novo cenário econômico motivou, no início da década de 1960, um intenso

debate sobre a capacidade da agricultura de atender às demandas do setor urbano-industrial, polarizando forças políticas e sociais entre aqueles que defendiam uma reforma agrária ampla e os que apoiavam a modernização técnica sem alterações na estrutura fundiária (Da Ros, 2008).

3.3 A erradicação do café no Espírito Santo

3.3.1 A economia cafeeira até os anos 1960

Conforme mencionado, até o final da década de 1960, a economia do Espírito Santo ainda se apoiava na agricultura, tendo o café como seu principal produto (Daré, 2010). Com a difusão do ideário desenvolvimentista-industrial, promovido pelo Estado e orientado por interesses econômicos, surgiram estudos que defendiam a diversificação da base produtiva. O objetivo era adotar formas de acumulação de capital mais eficientes e com retorno financeiro mais rápido, em contraposição às práticas então vigentes, consideradas antiquadas, de baixa produtividade e responsáveis pelo atraso econômico em relação a estados vizinhos já industrializados.

3.3.2 Estudos e políticas de substituição produtiva

Liderado pelo governo de Carlos Lindenberg (1959-1962), inicia-se um período de transição de uma base econômica agromercantil para uma crescente articulação com o setor industrial. Embora de origem ruralista, Lindenberg (1961) buscou um equilíbrio entre a modernização agrícola e a promoção da industrialização, processo que se consolidava com a criação da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), em 1958, e do seu Conselho Técnico, que passou a produzir diagnósticos e propor políticas para dinamizar a economia estadual.

Segundo Daré (2010), o Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico (1960), realizado em parceria entre a FINDES, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o governo estadual, apontou como principais entraves ao desenvolvimento do Espírito Santo a predominância de pequenas propriedades rurais, a forte dependência da cafeicultura e as deficiências de ordem técnica e comercial (Serviço Sócio Rural, 1962). Complementando essa análise, o relatório do Serviço Social Rural (1962) destacou uma “distribuição desigual” da população capixaba, com ênfase para o norte do estado, caracterizado por “extensos vazios demográficos” (p. 52).

Sendo assim, o norte do estado é uma área de “expansão potencial” (Daré, 2010, p. 37). No entanto, essa classificação omite a presença de comunidades tradicionais, como povos indígenas, comunidades quilombolas, posseiros e pequenos agricultores familiares, que historicamente ocupam e manejam esses territórios.

O relatório também caracteriza a população dessas áreas como “subdesenvolvida social e economicamente” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 59), utilizando uma concepção que, alinhada à teoria da modernização predominante à época, associava o desenvolvimento à urbanização e à modernização das forças produtivas (Rostow, 1960).

Em maio de 1961, a partir de uma palestra proferida pelo então governador do Espírito Santo, Carlos Lindenberg (1961), foi elaborado o documento intitulado “A Economia Espírito-Santense em Face do Problema do Café”. Nesse texto, o chefe do Executivo estadual expôs suas preocupações diante da medida do governo federal que proibia a exportação dos cafés capixabas classificados abaixo do tipo 5. Considerando que a maior parte da produção

estadual situava-se abaixo do tipo 7, a determinação representava um entrave severo para a comercialização externa e, conseqüentemente, para a sustentação econômica do estado (Daré, 2010).

O ideário da crise cafeeira, foi confirmado e efetivada a erradicação das pequenas propriedades produtoras, com a produção do documento produzido no governo de Christiano Dias Lopes Filho, "Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo", produzido pela ASPLAN em 1968, que se desdobrou em dois estudos: "Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo" (ECOTEC³, 1967 e "Pecuária Bovina no Espírito Santo" (SPL⁴, 1967), norteadores para a transição econômica estadual (Daré, 2010).

3.3.3 Erradicação do café no Espírito Santo

A erradicação dos cafezais na década de 1960 tornou-se uma medida inevitável, inserida em uma política nacional voltada ao controle da superprodução, que havia causado a queda dos preços do café no mercado internacional. Além disso, representava uma estratégia para "liberar áreas para a inserção do capital nacional e internacional no Espírito Santo" (DARÉ, 2010), favorecendo uma nova lógica de acumulação centrada na indústria e nos Grandes Projetos de Impacto, articulados no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e direcionados, em grande parte, ao mercado externo (IJSN, 2011).

A criação do Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GERCA), política do governo federal voltada para a erradicação dos cafezais, constituiu-se como uma das principais estratégias para apoiar os estados produtores e acelerar a substituição produtiva. O programa previa o pagamento de indenização por cova de café erradicada e foi executado em duas etapas: a primeira, entre 1962 e 1966, e a segunda, em 1967, quando o projeto alcançou maior êxito. Ao final dessa fase, foram liberados 299.429 hectares de áreas de plantio no estado do Espírito Santo, correspondente a 303.175 pés de café. (Daré, 2010, p. 51-52).

Siqueira (2001) destaca que, na segunda metade do século XX, a inserção da economia do Espírito Santo no contexto nacional ocorreu principalmente por meio da modernização agrícola, sustentada tanto pela erradicação dos cafezais quanto pelo aproveitamento de pequenos capitais locais, favorecidos por políticas de incentivo fiscal.

3.3.4 Impactos sociais e migração para as cidades pós erradicação e economia capixaba

Com o avanço do processo de industrialização no país e, conseqüentemente, no estado, a estrutura produtiva local passou por profundas transformações. Até a década de 1960, a economia estava fortemente ancorada no setor primário, especialmente na produção cafeeira. A partir desse período, entretanto, consolidou-se a transição para o setor secundário, impulsionada pelo crescimento das atividades industriais (Daré, 2010).

As mudanças econômicas alteraram não apenas a base produtiva, mas também a dinâmica social e territorial do estado, com forte impacto nos centros urbanos. Pequenos agricultores familiares, impossibilitados de manter a subsistência no campo, migraram em busca de novas oportunidades nas cidades (Daré, 2010).

3 Engenharia Industrial S/A (ECOTEC), empresa contratada no governo de Christiano Lopes Dias Filho, para produzir o estudo "Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo" em 1967 e desenvolver o projeto de instalação da Aracruz Celulose no município de Aracruz (Daré, 2010).

4 SPL (Serviços de Planejamento – Engenheiros e Economistas Associados), empresa responsável em produzir o estudo "A Pecuária Bovina no Espírito Santo".

O acelerado processo de industrialização modificou profundamente o território capixaba, sobretudo na Grande Vitória. Esse movimento foi caracterizado como um verdadeiro *catching-up*, ou seja, o esforço de alcançar determinado nível de desenvolvimento a partir de fatores exógenos, e não da base produtiva anterior (Abe, 1999).

3.3.5 Urbanização acelerada e metropolização

Em menos de uma geração – cerca de três décadas – o Espírito Santo passou de um perfil predominantemente rural para urbano. Em 1960, 71% da população vivia no campo; em 1970, 55%; em 1980, 36%; em 1990, 26%; e, em 2000, apenas 20% permaneciam no meio rural. Assim, cerca de três quartos da população estadual passaram a viver em áreas urbanas, ocupando-se em atividades industriais e no setor terciário, como comércio e serviços (Abe, 1999, p. 29).

A chegada maciça de migrantes à Região Metropolitana da Grande Vitória, motivada pela crise no meio rural e pela procura de melhores oportunidades, teve impacto direto sobre a configuração urbana. O avanço acelerado da industrialização atraiu população para a capital e cidades vizinhas, resultando em forte adensamento demográfico e no processo de metropolização associado ao modelo econômico então vigente (Abe, 1999, p. 29).

A década de 1970 marcou a consolidação de uma nova rede urbana em comparação com a que existia nos anos 1960. Esse movimento foi impulsionado pela modernização da economia do estado, sob a influência do grande capital nacional e estrangeiro, provocando mudanças significativas na estrutura urbana e no perfil populacional da cidade (Siqueira, 2001).

A erradicação dos cafezais marcou o ponto de inflexão em que a economia capixaba deixou de se basear no modelo primário-exportador, passando a se estruturar como uma economia industrializada, com forte concentração na Região Metropolitana da Grande Vitória, que de acordo com Siqueira (2001), “se desenvolveram, sem que ocorresse, tanto em nível federal quanto estadual, uma política urbana global e eficiente”.

3.4 Ocupação do espaço pós-erradicação: desemprego e êxodo rural

5 O avanço desordenado da metrópole produziu um cenário de implosão urbana, no qual estruturas sociais, territoriais e institucionais passaram a se fragmentar internamente.

Além do êxodo rural decorrente da erradicação da cafeicultura no final da década de 1960, o planejamento urbano incompatível com as transformações estruturais ocorridas na década de 1970 constituiu um dos fatores que favoreceram o processo de implosão⁵ urbana da cidade de Vitória (IJSN, 2011). Nesse período, a população municipal passou de 85.242 para 136.391 habitantes (IBGE, 1960; 1970), evidenciando um crescimento demográfico desordenado, ultrapassando os limites da própria cidade, criando novas áreas ocupadas informalmente.

6 Região Metropolitana da Grande Vitória.
Fonte: Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória.
Disponível em: <https://planometropolitano.es.gov.br/legislacao-2>
Acesso em: 15 ago. 2025.

Sem infraestrutura para receber o grande fluxo de imigrantes vindos no interior e estados circunvizinhos, a RMGV⁶, sofre com um elevado contingente de mão de obra desqualificada, ocupação irregular em áreas de risco e ambientalmente sensível, conforme cita Siqueira (2001):

Com a expansão acelerada da malha urbana, num processo de ocupação desordenado e crescente, tem início a transformação e descaracterização do espaço fisiográfico da cidade. A população das unidades urbanas cresce, estendendo-se aos limites periféricos dos municípios. Vitória e seus municípios vizinhos passam a enfrentar os problemas da urbanização desordenada,

principalmente com o surgimento e a expansão de inúmeros bairros periféricos que, juntamente com as favelas, alojam a classe trabalhadora e concentram, tanto a pobreza da cidade, quanto a de seus habitantes. A representação maior da pobreza urbana, nesse processo recente de desenvolvimento modernizante, está nas aglomerações das periferias das cidades, nos morros, nas baixadas, nas regiões de mangues, nas beiras de estradas e das rodovias, não poupando os núcleos centrais das cidades com ocupações faveladas, com alto índice de precariedade urbana. (Siqueira, 2001).

Com a rápida expansão da malha urbana, Vitória e os municípios vizinhos passaram a enfrentar problemas típicos da urbanização desordenada, evidenciados pelo surgimento e pela expansão de inúmeros bairros periféricos e favelas. Esses espaços, que abrigavam majoritariamente a classe trabalhadora, tornaram-se os principais concentradores da pobreza urbana e de suas desigualdades sociais. Com base na análise da problemática capixaba, o Instituto Jones dos Santos Neves (2011, p. 13) aponta que a ausência de políticas sociais e de um planejamento territorial adequado, durante o auge do processo de industrialização, foram fatores cruciais que provocaram graves problemas socioeconômicos, tais como: ocupação irregular do solo urbano, aumento do desemprego, ineficiência nos serviços básicos de saúde e educação, entre outros.

Siqueira (2001) observa que a correlação entre o crescimento urbano acelerado e o agravamento dos problemas de infraestrutura em Vitória já se tornava evidente na década de 1980, especialmente nas áreas de saúde, educação, habitação e transporte coletivo. No que se refere à habitação, a autora ressalta que “as moradias populares não estavam cobrindo a totalidade da população, fato que deu margem à ocupação das áreas periféricas e de morros por ação de invasões”, o que contribuiu para a formação de bolsões de pobreza (IJSN, 2011).

No município de Vitória, as obras de infraestrutura implementadas entre os anos de 1970 e 1980, baseadas no projeto do “Novo Arrabalde”⁷, embora tenham sido muito importantes para o desenvolvimento da capital, não atenderam às demandas, abrigando as camadas mais favorecidas, num processo de ocupação seletiva, em função da especulação imobiliária e a constante alta de preço da terra (IJSN, 2011). A cidade, marcada por uma geografia composta por morros, ilhas e áreas de manguezal, mesmo após sucessivos aterros, não dispunha de áreas suficientes para absorver o intenso fluxo de imigrantes, onde, segundo Nemer (2024), a partir de 1977, se inicia a ocupação informal da região do contorno da ilha (lado norte/noroeste), caracterizada por manguezais e morros, área onde a prefeitura depositava todo o lixo da cidade.

A ocupação do mangue acabou se consolidando e deu origem à comunidade de São Pedro, que chegou a ocupar quase cinco quilômetros de área, posteriormente divididos em São Pedro I, II, III e IV. Em 1980, essa ocupação abrangia um território três vezes maior que o dos outros setores e abrigava cerca de 15 mil moradores, então chamados de favelados (Siqueira, 2001). Segundo o IJSN (2011), outros bairros nas encostas próximas ao centro – como Fonte Grande, Cabral e Moscoso –, e na porção leste do Maciço Central – como São Benedito e Gurigica –, também passaram a receber grande número de trabalhadores de baixa renda e migrantes atraídos pela expansão industrial e pelas oportunidades de emprego.

A forma degradante em que sobreviviam as pessoas na região noroeste / Grande São Pedro, foi retratada em 1983, pelo documentário *Lugar de Toda Pobreza*, dirigido pelo jornalista Amylton de Almeida, onde

7 Projeto elaborado pela “Comissão de Melhoramento da Capital”, em 1896 e coordenado pelo engenheiro-chefe, o sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, expansão, quase totalmente de uso residencial, abrangia uma área que correspondia a cinco ou seis vezes o tamanho do núcleo urbano existente, além da construção de uma estrada de ligação deste com a Praia do Suá, a oeste, a partir de Jucutuquara. Fonte: Atlas Urbanístico de Vitória. Disponível em: <https://atlasurbanistico.com.br/plano/1896/#~:text=Este%20projeto%20de%20expans%C3%A3o%2C%20quase,assinada%20por%20Saturnino%20de%20Brito.> Acesso em: 15 ago. 2025.

abordou a realidade da pobreza dos que viviam e tiravam sustento do lixo instalado junto às palafitas em cima do manguezal, chamando a atenção para o problema latente na capital.



Figura 1 - São Pedro, lugar de toda pobreza. Fonte: DOMÍNIOS DA IMAGEM. Subjetividades da dor: lugar de toda pobreza, de Amylton de Almeida. Disponível em: <https://dominiosdaimagem.com.br/2020/09/25/subjetividades-da-dor-lugar-de-toda-pobreza-de-amylton-de-almeida/>. Acesso em: 20 nov. 2025.



Figura 2 - São Pedro, lugar de toda pobreza. Fonte: BIBLIOTECA EMEF Neusa Nunes Gonçalves. Você conhece o seu bairro? Nós conhecemos: Becos e travessas. 20 maio 2016. Disponível em: <https://emefnng-bibliotecafontedosaber.blogspot.com/2016/05/voce-conhece-o-seu-bairro-nos.html>. Acesso em: 20 nov. 2025.



Figura 3 - São Pedro, lugar de toda pobreza. Fonte: Região da Grande São Pedro, Bairro Santo André. Contida em artigo disponível no ResearchGate. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/>

De acordo com Freire (2004), até o final da década de 1980, centenas de famílias ainda viviam nessas áreas em condições precárias. O período entre 1990 e 2000 fica marcado pela urbanização e concentração populacional nos bairros, poucas áreas ficam sem ser ocupadas. O que restava de espaços dá origem a loteamentos em Vitória. A mancha urbana atinge todos os limites do município, com exceção do Maciço Central, dos topos rochosos dos morros, dos mangues do Lameirão e estuário do rio Santa Maria e da área do aeroporto (PMV, 2024).

3.5 Avanços após 65 anos da erradicação do café

Conforme Lira *et al.* (2014), em linha com o adensamento populacional, as cidades, a partir da revolução industrial, vêm, cada vez mais, se tornando hegemônicas enquanto pólo de atração de força de trabalho, ao ponto de se tornarem, já no início do corrente século XXI, o local de moradia da maioria da população mundial.

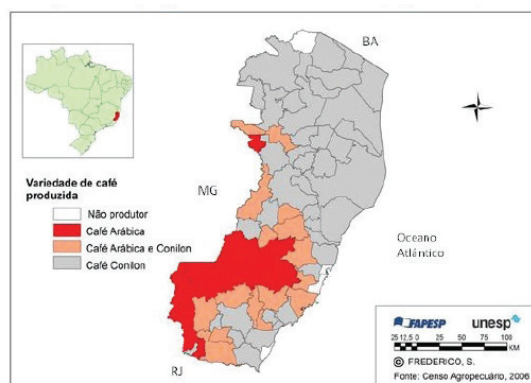
De acordo com o último censo do IBGE (2022), Vitória possuía 322.869 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 3.324,33 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo dados do IJSN (2022), entre 2010 e 2022, a Região Metropolitana de Vitória registrou um crescimento populacional de 11,4%, percentual inferior ao verificado na década anterior (2000-2010), quando o aumento foi de 17,32%, evidenciando uma desaceleração no ritmo de crescimento.

3.6 Da erradicação ao reconhecimento mundial

De acordo com Ferraço (2024), após a política de erradicação dos cafezais implementada nos anos 1970, a adoção de métodos modernos de cultivo, a ampliação das lavouras de café conilon, o aumento do consumo nacional e o fortalecimento da indústria brasileira de café solúvel conferiram novo dinamismo à cafeicultura.

Daí em diante, diversos esforços foram realizados pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretária de Agricultura, que direciona em 1993, o Programa de Revitalização da Cafeicultura Capixaba (RECAFÉ), com objetivo de aprimorar o café arábica de montanhas e o café conilon do norte do estado. Em 1999, é criado o Programa de Sustentabilidade dos Cafés das Montanhas, e em 2003, cria-se o Primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG), hoje na sua quarta edição. Ferraço (2024), aponta o café como principal gerador de emprego e renda rural no Espírito Santo. Posteriormente marginalizado, conforme descrito, atualmente o Espírito Santo é o maior produtor de café conilon do Brasil, e o país, o segundo maior produtor mundial, estando o Vietnã em primeiro lugar, e o café arábica ocupando a terceira posição no Brasil (INCAPER, 2012).

Atualmente quase todos os municípios do Espírito Santo produzem café. A cafeicultura é a principal atividade econômica em 80% dos 78 municípios capixabas, correspondendo a mais de 40% do Valor Bruto da Produção Agrícola do estado, com produção majoritariamente familiar totalizando 131 famílias envolvidas na produção, com geração anual de empregos com cerca de 400 mil empregos diretos, cenário oposto da época da erradicação (INCAPER, 2012).

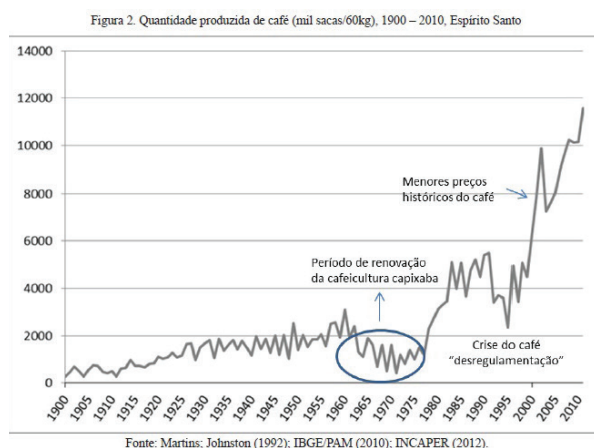


* Foram considerados municípios produtores de Arábica ou Conilon, aqueles em que 90% ou mais da área plantada correspondia a uma única espécie. Os municípios que apresentaram percentual de diferença inferior a 90% foram considerados produtores de ambos os tipos.

Figura 4 - Municípios produtores de café Arábica e Conilon, Espírito Santo, 2006. Fonte: FREDERICO, S. Cafécultura científica globalizada e as montanhas capixabas. *Revista Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 2, p. 315–335, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/4rX74hCLyzm5z9G83B-mgyyF/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

Segundo Frederico (2013), o estado possui cerca de 160 hectares de café arábica em produção, as cidades que mais produzem o produto são: Brejetuba, Iúna, Vargem Alta, Ibatiba, Muniz Freire, Irupi, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Ibitirama, Castelo, Mimoso do Sul, Santa Teresa, cerca de 95% das lavouras de café arábica são conduzidas sem irrigação.

O aumento produtivo, não por acaso se destaca com a implementação de novas técnicas de manejo e tecnologias adotadas no plantio e produção. Durante o período da erradicação, a forma de plantio por pequenas propriedades foi considerada rudimentar e ultrapassada, hoje órgãos como o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), acompanham a produção do café nos municípios (Frederico, 2013).



Logo, observa-se que a cafeicultura capixaba, durante a erradicação marcada pela instabilidade, evolui como atividade estratégica para a economia do estado e do país, ao articular tradição, inovação tecnológica e organização produtiva. Esse processo evidencia não apenas a resiliência dos agricultores locais, mas também a capacidade do setor de se reinventar diante das adversidades, transformando-se em elemento central da identidade e da competitividade do Espírito Santo no cenário nacional e internacional do café.

4. Evolução urbanas de Vitória pós-erradicação

A urbanização intensiva observada no Brasil a partir dos anos 1960 resultou, em grande medida, da política de modernização implementada no período, que redefiniu os fundamentos da economia nacional. Esse processo deslocou o eixo produtivo para a indústria urbana, ao mesmo tempo em que alterou as dinâmicas do campo, rompendo com padrões tradicionais de subordinação econômica. A ausência de políticas voltadas para equilibrar as relações entre áreas rurais e urbanas contribuiu para acentuar a complexidade dessa transformação (Siqueira, 2010).

De acordo com Siqueira (2010), a Grande Vitória não dispunha de infraestrutura adequada para absorver o intenso fluxo migratório oriundo do interior capixaba e de outras regiões do país, o que resultou na formação de um numeroso contingente de trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação.

A cidade de Vitória a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980 sofreu um processo de urbanização intenso e descontrolado, que por sua vez, afetou a provisão dos serviços públicos básicos, impactando negativamente suas áreas ambientalmente vulneráveis, tais como os manguezais e o Maciço Central, elevação rochosa composta de vegetação nativa da Mata Atlântica. A Orla Noroeste da cidade é uma região representativa do processo de ocupação urbana informal resultante do intenso crescimento demográfico registrado em Vitória nas últimas décadas do século XX (Bazzarella, 2018).

Conforme cita Siqueira,

Com a expansão acelerada da malha urbana, num processo de ocupação desordenado e crescente, tem início a transformação e descaracterização do espaço fisiográfico da cidade. A população das unidades urbanas cresce, estendendo-se aos limites periféricos dos municípios. Vitória e seus municípios vizinhos passam a enfrentar os problemas da urbanização desordenada, principalmente com o surgimento e a expansão de inúmeros bairros periféricos que, juntamente com as favelas, alojam a classe trabalhadora e concentram, tanto a pobreza da cidade, quanto a de seus habitantes. (Siqueira, 210 p. 14).

4.1 Região Noroeste do Município de Vitória no processo de urbanização pós fluxo migratório entre as décadas de 1970 e 1980.

Estudos indicam que a região Noroeste teve início com a comunidade da Ilha das Caieiras, formada inicialmente por pescadores que, antes de se estabelecerem ali, atuavam como canoieiros no transporte de café e outras mercadorias provenientes de Santa Leopoldina com destino ao Porto de Vitória. A abundância de pesca e a tranquilidade do local contribuíram para sua fixação na área, conforme apontam Corrêa e Vasconcelos (2019, *apud* Dias, 2001; Feu Rosa, 1957). À época, a região permanecia isolada do restante

da cidade, cortada por pequenos canais que levaram à caracterização do povoado como uma “ilha” (Corrêa; Vasconcelos, 2019).



Figura 6 - Mapa de Vitória. Fonte: NEMER, Luciana. Mapa dos Bairros de Vitória. In: Região da Grande São Pedro, Vitória – ES: resiliência ambiental. Artigo, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-dos-Bairros-de-Vitoria_fig1_382435756. Acesso em: 20 nov. 2025.

Ainda de acordo com Corrêa e Vasconcelos (2019), a construção da Estrada Serafim Derenzi marcou a primeira grande obra de integração da região à Ilha de Vitória. A partir de 1977, iniciou-se a ocupação de áreas de manguezal e morros no contorno norte/noroeste da ilha, até então utilizadas como depósito de lixo. Esse processo deu origem à favela de São Pedro, que se expandiu rapidamente nos anos seguintes, subdividindo-se em diferentes setores e, já em 1980, reunia cerca de 15 mil moradores (Siqueira, 2010).

Nesse contexto se agrava mais intensamente os problemas sociais, consequentemente, a violência começou a destacar a aglomeração da Grande Vitória em contraste com o resto do estado (IJSN, 2011). A tamanha desordem do local ocupado entrou em pauta no planejamento urbano da capital, o primeiro Plano Diretor Municipal elaborado em 1984, e direcionou a prefeitura local a convidar a população dos bairros para a tomada de decisão, em especial a ambiental. A urbanização do bairro de São Pedro foi a primeira a contar com recursos do Banco Nacional de Habitação (antigo BNH), juntamente com a Caixa Econômica Federal (CEF) (Nemer, 2024).

Já nos anos 90, a expansão urbana alcança praticamente todo o município. A mancha urbana se estende em todas as direções, exceto pelo Maciço Central, os cumes rochosos dos morros, os manguezais do Lameirão e do estuário do rio Santa Maria, e a área do Aeroporto. Se não fossem os limites do município impostos pela baía e pelo oceano, essa mancha se uniria, de fato, em um único aglomerado com as áreas urbanas de Vila Velha, Cariacica e Serra - municípios limítrofes (PMV, 2024).

Ainda segundo Nemer (2024), O PDU de 1996, a Agenda 21 e o Plano Vitória do Futuro corroboraram em iniciativas de inclusão social. O plano Vitória do Futuro era uma resposta à Agenda 21 e apresentou uma política pública que possibilitou, apoiando-se nas boas experiências do Projeto São Pedro, a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento Social Urbano e de Preservação Ambiental em áreas Ocupadas por População Baixa Renda, também denominado Projeto Terra, por meio do Decreto nº10131 de 14 de janeiro de 1998.

No período entre 2005 e 2012, a região contou com mais uma intervenção urbana, o Terra Mais Igual, que objetivou promover a melhoria da qualidade

de vida da população socialmente excluída (PLAN, 2014). A região atualmente abriga 10 bairros, sendo eles Resistência, Nova Palestina, Conquista, Redenção, Ilha das Caieiras, Santo André, Santos Reis, São Pedro, São José e Comdusa e conta com mais programas de reestruturações urbanas, sendo o último iniciado em 2018, quando o governo municipal, foi contemplado com financiamento do BID, através do Projeto Vitória Sustentável, conhecido como Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã, que tem como objetivo contribuir para melhorar a qualidade de vida da população do Município de Vitória, por meio da redução das desigualdades de desenvolvimento urbano no Município, integrando a região da Orla Noroeste ao resto da cidade. As ações estão concentradas em 10 bairros (mapa de são mais vulneráveis da cidade, e incluem a construção de edifícios públicos (escolas, unidades básicas de saúde, centro de assistência social, dentre outros), ampliação da cobertura vegetal, estabilização de áreas de risco geológico, dentre outros, construção de decks na Orla do manguezal com o objetivo de ligar o município.

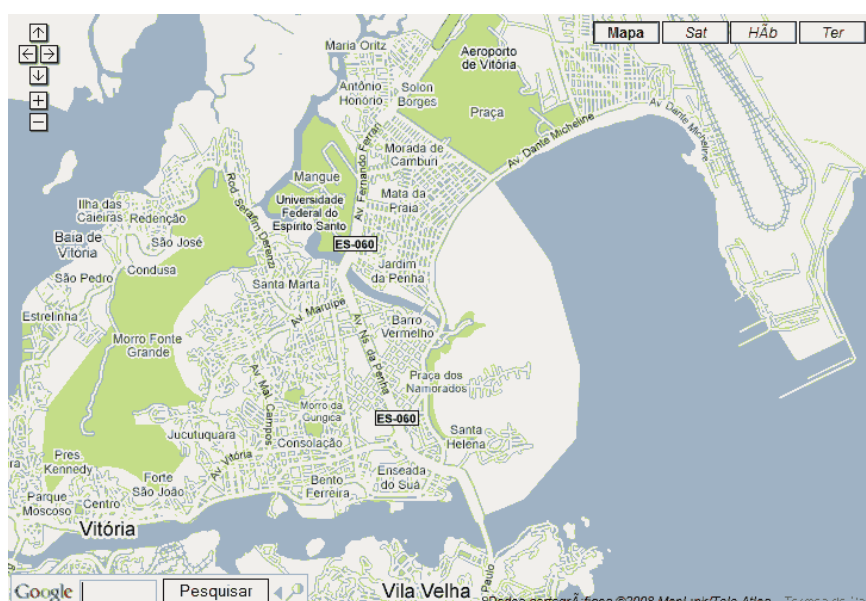


Figura 7 - Bairros de Vitória. Fonte: Cena Vitória. Mapa dos Bairros de Vitória. Disponível em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/Dados/localizacao_bairros.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

Conforme citam Almeida e Silveira,

Todas as aceções sobre desenvolvimento e modernização convergem a um processo de conformação ao crescimento econômico, uma necessidade ligada aos interesses das forças impositivas do pensamento capitalista ocidental, apresentado na forma de capital global que se estabelece com base na economia, princípios de mercado e o impositivo acúmulo de riqueza, alterando os modos de produção local dos países tidos em desenvolvimento (Almeida; Silveira, 2022, p. X).

Britto também comenta,

Que considerando o contexto atual de modernização tecnológica, os países subdesenvolvidos têm sua configuração espacial afetada de modo determinante pela difusão da informação e do consumo, geradoras de forças de dispersão e concentração que se refletem no espaço geográfico. A modernização também trouxe a tais países o desemprego e a instabilidade da renda, o êxodo rural, além do aumento das disparidades sociais e econômicas dentro da população de modo geral, sobretudo nas cidades (Britto, 2017, p. X).

Com isso, fica notório que grande parte dos problemas urbanísticos relacionados à moradia, saneamento, acessibilidade e segurança, entre outros enfrentados ainda hoje na grande Vitória, resulta de um processo de industrialização e urbanização conduzido sem planejamento e sem a criação de políticas públicas adequadas para as populações que passaram a ocupar as áreas periféricas. Esses grupos foram impulsionados por um movimento migratório compulsório, decorrente da substituição do modelo econômico agrícola pelo industrial na década de 1970.

5. Resultados

Conforme discutido ao longo do referencial, a erradicação dos cafezais no Espírito Santo produziu efeitos que ultrapassam a dimensão agrícola, estimulando mudanças estruturais na economia e na formação do território capixaba. Na visão econômica, a medida expôs a desarticulação de uma base produtiva ativamente dependente da cafeicultura, que mantinha tanto a arrecadação estatal quanto a reprodução social das pequenas propriedades familiares (Dare, 2010).

No contexto social, os impactos foram ainda mais profundos. A desestruturação do café na agricultura desencadeou um intenso processo de êxodo rural, milhares de trabalhadores rurais migraram para a Região Metropolitana da Grande Vitória. Todavia, o grande volume de trabalhadores aliado à falta de empregos e de qualificação profissional fez com que parte dessa população não fosse absorvida pelo novo mercado. Essa parcela, excluída não apenas do trabalho formal, mas também das dinâmicas centrais da cidade, acabou se concentrando em bairros periféricos e favelas, contribuindo para a formação de bolsões de pobreza e para o aprofundamento das desigualdades sociais (Daré, 2010).

Desse modo, os resultados da erradicação exibem um processo de transição contraditório, por um lado abriu caminho para a industrialização, por outro produziu vulnerabilidade sociais urbanas persistentes que se manifestaram na precariedade habitacional, na desigualdade regional e na exclusão de parcelas significativas da população migrante (Daré, 2010).

6. Discussão

De acordo com Siqueira (2001, p. 97), a distribuição desigual do crescimento econômico no Espírito Santo gerou desequilíbrios e contrastes regionais, cujos efeitos impactam diretamente o nível de vida da população, de forma assimétrica entre as diferentes áreas do estado. As consequências da política de erradicação dos cafezais foram profundas tanto no aspecto econômico quanto social. Durante décadas, o Espírito Santo manteve forte dependência da monocultura do café. No entanto, a partir de 1962, com a criação do GERCA, teve início a erradicação dos cafezais considerados antieconômicos, intensificada nos anos de 1966 e 1967. Essa política marcou o início da transição do eixo produtivo estadual do meio rural para o urbano, substituindo a base agrícola cafeeira por grandes projetos industriais (Souza, 2014, p. 93).

O café não apenas sustentava a economia do Espírito Santo, mas também estruturava a agricultura familiar local. Os imigrantes do século XIX se fixaram principalmente na região serrana, onde desenvolveram pequenas propriedades voltadas ao cultivo cafeeiro. Assim, a lógica fundiária dos pequenos produtores moldou significativamente a economia do estado. Apesar da queda nos preços, a manutenção da atividade cafeeira persistiu, refletindo resistência às mudanças introduzidas pela política de erradicação (Souza, 2014, p. 95).

Na economia capixaba, diferentemente de outras regiões, havia uma forte tendência à preservação da capacidade produtiva da cafeicultura, pois, mesmo com os preços em queda, o café permanecia como quase a única fonte de renda para os produtores. Dessa forma, o Espírito Santo demonstrava elevada resistência frente à crise e à desestruturação de sua base produtiva. Por isso, defendia-se a manutenção tanto da capacidade de produção quanto da unidade fundamental desse modelo econômico: a pequena propriedade familiar (Rocha; Morandi, 1984, p. 48).

A respeito da erradicação dos cafezais, foram eliminados 54.887 pés de café na sua primeira fase; na segunda, foram erradicados 108.257, totalizando 163.144 pés removidos, o que liberou uma área de 1.492.248 hectares⁸. Em 1960, a plantação contava com 447.645.103 pés de café, mas em 1970 esse número caiu para 234.845.144, ou seja, houve uma redução de quase metade da área cultivada na década de 1960. A maior parte dessa área passou então a ser destinada à pecuária bovina, que experimentou um crescimento significativo (Rocha; Morandi, 1984, p. 48).

Para Souza (2014, p. 95), a erradicação dos cafezais trouxe um grande impacto não só econômico, mas também social para o Estado. Ao cortar 50% da área plantada de café, passou a se ter grandes prejuízos para os pequenos produtores, conforme já mencionado, onde muitos abandonaram suas propriedades no interior e migraram para a cidade em busca de novas oportunidades.

O excesso de mão de obra não absorvido pelo setor rural resultou em um expressivo contingente de desempregados, que se dirigiu à Grande Vitória em busca de trabalho nas pequenas e médias indústrias, bem como nos grandes empreendimentos industriais iniciados na década de 1970. Até meados da década, o crescimento industrial estadual era impulsionado principalmente por pequenos investidores locais, favorecidos por incentivos fiscais. Posteriormente, os investimentos federais passaram a se somar a esse movimento, com a implantação de grandes projetos industriais no estado (Souza, 2014, p. 95).

Esses grandes empreendimentos industriais, concentrados na região da Grande Vitória, tinham como principal foco atender aos mercados internacionais, trazendo uma nova dimensão à economia capixaba e transformando profundamente a estrutura produtiva do Espírito Santo. Destacam-se a criação da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), da COFAVI (Companhia Ferro e Aço de Vitória), a usina de pelotização da Vale do Rio Doce, entre outras indústrias (Siqueira, 2001).

Segundo o autor, os grandes projetos chamaram a atenção da mão de obra desempregada vinda do campo, povoando a periferia da Grande Vitória, desenvolvendo favelas no subúrbio e ascendendo os morros da capital, devido à grande demanda e baixa oferta de trabalho, muitos não foram absorvidos pelo mercado de trabalho da região metropolitana (Siqueira, 2001, p. 96).

A mão de obra desempregada dentro da cidade conduziu a uma aglomeração urbana desorganizada resultando em muitos problemas sociais, visto que esses trabalhadores sem emprego ou trabalho ficaram às margens do desenvolvimento que os projetos de industrialização prometiam para o Estado. Isto é, simultaneamente em que a política de erradicação direcionou seus trabalhadores para cidade esvaziando o campo, gerou desemprego no campo e nas cidades, instalando grandes “bolsões de pobreza”, onde essa população foi marginalizada (Siqueira, 2001, p. 98).

8 Grande parte das áreas liberadas pela erradicação dos cafezais foi direcionada à formação de pastagens para a pecuária bovina extensiva, processo que se intensificou na década de 1960. Em menor escala, algumas parcelas foram ocupadas por lavouras de subsistência ou permaneceram improdutivas, em razão da baixa fertilidade e da ausência de políticas de uso e manejo do solo no período.

Diante do cenário, o Estado redesenhou sua base que até 1960 era agrícola (café), para industrial apoiada nos grandes projetos industriais, configurando a sociedade capixaba, antes predominantemente rural para urbana com graves problemas de pobreza e desemprego resultado da erradicação (Siqueira, 2001, p. 99).

Então podemos dizer que a principal consequência dessa política de erradicação do café para o ES foi o êxodo rural, causado pelo desemprego dos trabalhadores que se dedicavam ao café, que sem mais oportunidades de trabalho no interior, acabaram migrando para a cidade, onde formam bolsões de pobreza devido à falta de oportunidade de trabalho também no meio urbano. Entretanto, também abriu espaço para o desenvolvimento de outras culturas agrícolas e da pecuária nas áreas liberadas pela erradicação dos cafezais, tornando o ES cada vez menos dependente do café, e passando a ter uma produção agrícola diversificada. Em paralelo a essa política de erradicação o incentivo aos grandes projetos industriais mudou a base econômica do ES, desenvolvendo uma vocação para o mercado exterior (Siqueira, 2001, p. 98).

Outro fator foi a queda na arrecadação do governo ao ponto que,

Em uma economia assim tão estreitamente dependente do café pode-se imaginar o impacto verdadeiramente catastrófico do “programa de erradicação de cafezais” realizados a partir de 1962 e, mais intensamente, no período de 1966/67. Sem enfatizar a repercussão desastrosa na renda tributária do Estado, a observação das consequências sociais pode oferecer a visão dramática desse importante componente da crise capixaba (Moraes, 2002, p. 226).

7. Conclusão

A política de erradicação dos cafezais, iniciada em 1962 e implementada efetivamente entre 1966 e 1967, tinha como objetivo reduzir a dependência do país em relação à agricultura cafeeira, incluindo o Espírito Santo nesse programa. Em contrapartida, o governo estadual recebeu suporte federal para implantar grandes empreendimentos industriais, diversificar a produção agrícola e expandir a pecuária nas áreas antes ocupadas pelo café.

Além do êxodo rural proveniente da erradicação da cafeicultura no final da década de 1960, o planejamento urbano não condizente com as transformações estruturais da década de 1970, foram fatores que propiciaram o processo de implosão urbana da cidade de Vitória, que na época passou de 85.242 para 136.391 habitantes, conforme visto anteriormente.

Com a rápida expansão da malha urbana e o avanço desordenado da ocupação, o espaço fisiográfico da cidade passa por intensa transformação e descaracterização. O crescimento populacional das áreas urbanas empurra a cidade para seus limites periféricos, e tanto Vitória quanto seus municípios vizinhos passam a enfrentar os impactos dessa urbanização irregular. Nesse processo, multiplicam-se bairros periféricos e favelas que abrigam a classe trabalhadora e concentram grande parte da pobreza urbana e de seus habitantes.

A maior expressão da pobreza urbana, nesse processo recente de desenvolvimento modernizante, manifesta-se nas aglomerações periféricas das cidades – nos morros, nas baixadas, nas áreas de mangue, às margens de estradas e rodovias – sem poupar, inclusive, os núcleos centrais, que também passaram a registrar ocupações faveladas marcadas por forte precariedade urbana.

A correlação entre o inchaço populacional e o agravamento dos problemas de infraestrutura em Vitória já era evidente nos anos 1980, especialmente nas áreas de saúde, educação, habitação e transporte coletivo. No que diz respeito à moradia, os autores observam que as habitações populares não atendiam à totalidade da população, o que favoreceu a ocupação de áreas periféricas e de morro por meio de invasões, contribuindo para a formação de bolsões de pobreza.

Referências

75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: orígenes de la CEPAL y década de 1950 — modelo centro-periferia e industrialización. **Biblioguías — Biblioteca de la CEPAL**, 2023. Disponível em: <https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada50>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, E.S. - Crescimento e Metropolização**. 1999. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Acesso em: 31 jul. 2025.

ABE, Armando. **Espírito Santo: a nova economia**. Vitória: EDUFES, 1999.

ALMEIDA, Patrícia Silva de; SILVEIRA, Daniel Barile da. **Reflexões sobre desenvolvimento e cultura: um diálogo entre a teoria pós-desenvolvimentista de Arturo Escobar e o multiculturalismo de Boaventura de Sousa Santos**. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 48, p. 165-184, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.94835>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/94835/84811>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1965.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Programa de requalificação urbana e segurança cidadã de Vitória**. Vitória: BID, 2018.

BECKER, Bertha. **O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação**. 1969. 130 f. Tese (Concurso para Livre-Docência) — Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1969.

BRITTO, Lays. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. *Goiânia*, v. 3, n. 1, p. 165-169, 2017.

Cafeicultura — Café Arábica. **INCAPER**, 2025. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/cafeicultura-arabica>. Acesso em: 26 set. 2025.

CORRÊA, Felipe Ramaldes; VASCONCELOS, Flávia Nico. **Pescadores artesanais e comunidade tradicional da Ilha das Caieiras/Vitória em perspectiva histórica**. In: BLANC, Manuela V.; VASCONCELOS, Flávia N. (Org.) **Reflexões sobre o urbano no espírito santo: do público ao político e algumas representações sociais**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

CONAB. Acompanhamento da Safra Brasileira de Café — Safra 2022. **Gov.br**, 2025. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras>. Acesso em: 26 nov. 2025.

Cultivares de Coffea arabica e Coffea canephora no Brasil. **Embrapa**, 2025. Brasília: EMBRAPA, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafe>. Acesso em: 21 nov. 2025.

DARÉ, Raquel. **A crise do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DA ROS, César A. (2008). **Texto introdutório da aula teórica da disciplina de Extensão Rural (IH 447) referente à Unidade 1: agricultura e desenvolvimento rural. Departamento de Letras e Ciências Sociais**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DE LUCA, Tania Regina. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

Evolução urbana. Prefeitura de Vitória, 2025. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/cidade/evolucao-urbana>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FERRAÇO, Ricardo. **Da erradicação ao reconhecimento mundial: a revolução do café capixaba**. **A Gazeta**, 2025. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/artigos/da-erradicacao-ao-reconhecimento-mundial-a-revolucao-do-cafe-capixaba-0924>. Acesso em: 26 set. 2025.

FREDERICO, S. **Cafeicultura científica globalizada e as montanhas capixabas: a produção de café arábica nas regiões do Caparaó e Serrana do Espírito Santo**. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 114-138, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/4rX74hCLyzm5z9G83BmggyF/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2025.

FREIRE, Ana Lucy de Oliveira. **Projetos de Urbanização em Vitória: Aspectos do Processo de Produção de uma Metrópole Moderna**. **GEOUSP**. São Paulo, v. 8, n. 1, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial. v. 2**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOMEM DE MELO, F.B. **A política econômica e o setor agrícola no período pós-guerra**. **Revista Brasileira de Economia**, v. 33, n. 1, p. 25-63, Rio de Janeiro, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **O processo de industrialização e urbanização no Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **II Plano Nacional de Desenvolvimento e os grandes projetos no Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ (IBC). **Departamento de Assistência à Cafeicultura: o programa de diversificação no Espírito Santo**. 1967.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência no Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Resultado do Censo 2022 e Análise da população da regiões metropolitanas (RMs) com ênfase na Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória: IJSN, 2022.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência: Análise no Espírito Santo e Vitória**. Vitória: IJSN, 2011.

LINDENBERG, Carlos F. M. **A economia espírito-santense em face do problema do café**. Vitória: **Imprensa Oficial**, 1961.

LINO, Leandro de Souza. **Os caminhos para a produção no interior do Espírito Santo. Orientadora:** Andreína Nigriello. 2021. 612 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2021.

LIRA, Pablo; OLIVEIRA JÚNIOR, Adilson Pereira de; MONTEIRO, Latussa Laranja (ed.). **Vitória - transformações na ordem urbana: metrópoles, território, coesão social e governança democrática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014.

MORAES, Antonio C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NAGAY, Júlio. **Café no Brasil: dois séculos de história**. Campinas: UNICAMP, 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/882/formacao3-2.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NEMER, Luciana. **Região da Grande São Pedro - Vitória — ES: resiliência ambiental. Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v. 12, n. 36, 2024.

NIEDERLE, Paulo A.; RADOMSKY, Guilherme F. (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163909/001026149.pdf?sequ>. Acesso em: 11 ago. 2025.

POLÍTICAS PÚBLICAS (PLAN). Avaliação externa do programa terra mais igual - Consolidação dos resultados (2005-2012). São Paulo: PLAN, 2012. Disponível em: https://www.plan-eval.com/repositorio/arquivo/artigo/RelFinal_TerraMaisIgual.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais — 1872/2010. IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ROCHA, Haroldo Corrêa, MARANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1984.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950—1980)**. Vitória: DUFES, 2001.

SIQUEIRA, Geraldo. **Urbanização e metropolização no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2001.

SOUSA, Antonio Carlos Rocha de. **A política de erradicação de cafezais em 1962: recepção e repercussão na imprensa e suas consequências para a economia capixaba**. *Revista Sinais - UFES*, Vitória, v. 2, n. 1, p. 80—99, 2014. Disponível em: <https://revistasinais.ufes.br>. Acesso em: 01 ago. 2024.

Vitória. IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vitoria/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2025.